



NEM O CORPO, NEM O ROSTO: Inquietações a partir dos “apagamentos” de Gavin Adams

Paulo César Garcez Marins

Paulo César Garcez Marins possui doutorado em História Social pela FFLCH/USP. É docente do Museu Paulista da Universidade de São Paulo e do Programa de Pós-graduação da FAU/USP.

Há pouco mais de vinte anos, as livrarias brasileiras acolheram uma safra inesquecível de livros acadêmicos que tematizavam a escravidão, as populações africanas e afrobrasileiras. O centenário da Abolição suscitara uma vasta produção editorial¹, parte dela com recursos do CNPq objetivando levar ao grande público dezenas de pesquisas desenvolvidas no âmbito de programas de pós-graduação e que, até então, tinham circulação restrita às universidades. Bancos de dados *on-line* e teses em formato pdf, hoje tão banais, não eram instrumentos sequer imagináveis pela imensa maioria da comunidade científica naquele momento.

Tais edições foram responsáveis pela disseminação de abordagens que ensaiavam sua força naquela década de 1980 e que procuravam focalizar as populações de origem africana como portadoras da condição de sujeito social. As estratégias de sobrevivência nos meios urbano e rural; a possibilidade de constituição de famílias escravas; o exercício da chamada brecha-camponesa (em que era permitido aos escravos trabalhar em seus próprios cultivos); a politização da vida cotidiana; o papel social das irmandades; os contornos da violência; as ações e reações à escravidão; os papéis das populações forras; essas e outras formas de inserção deram a tônica das publicações lançadas naquele momento². Quantos às fontes compulsadas, quase todas eram de caráter textual. As abordagens metodológicas utilizadas permitiram a recuperação de dados quantitativos vindos de registros demográficos, levantamentos sistemáticos em processos-crime e inventários e também as seriações de notícias de jornal.

Ficava, assim, definitivamente sepultado o vaticínio de Rui Barbosa, que imaginara, ao ordenar a queima de documentos, impedir a possibilidade da história

relativa aos tempos da escravidão. Combater o mito da incineração foi, aliás, uma motivação compartilhada por grupos de pesquisa de todo o país, que revelavam, a cada dia, novos núcleos de documentação sobre o cativeiro. Resultado de um programa oficial do governo brasileiro coordenado pelo Arquivo Nacional, a edição do *Guia de fontes para a história da África, da escravidão negra e do negro na sociedade atual* foi o corolário desse esforço, pois apontava as imensas possibilidades de pesquisa que, já naquele tempo, se insinuavam.

As fontes visuais eram, entretanto, pouco abordadas. Embora pobre em imagens bidimensionais geradas nos três primeiros séculos de ocupação européia, nos períodos joanino e imperial o Brasil foi virtuoso em imagens de tipo documental e pitoresco, produzidas por estrangeiros residentes ou de passagem, além dos milhares de retratos fotográficos realizados por estúdios que se vulgarizaram no país a partir de meados do Oitocentos. Apesar dessa relativa abundância iconográfica, um pequeno livro sobre os retratos realizados pelo português Christiano Junior foi a única exceção dedicada às imagens, em meio ao surto editorial dos anos 80³.

Assim, se por um lado aquela década revirou os rumos da historiografia brasileira baseada em fontes escritas, perpetuou-se uma opacidade conservadora em relação às imagens visuais.

Em 2000, ano de outra comemoração de caráter histórico, o quinto centenário do Descobrimento do Brasil, Carlos Eugênio Marcondes de Moura, cientista social até então dedicado, sobretudo, a estudos relativos a religiões afrobrasileiras, publica *A travessia da Calunga Grande: três séculos de imagens sobre o negro no Brasil (1637-1899)*⁴. Resultado de uma pesquisa patrocinada pela John Simon Guggenheim Memorial Foundation, o livro permitiu conhecer sistematicamente centenas de imagens que figuravam negros, seriadas segundo tipologias, confirmando, pela vasta amostragem, a importância das fontes visuais para a compreensão das trajetórias sociais no Brasil.

A própria capa do livro é emblemática do desafio de compreender as imagens como documentos das práticas sociais e das múltiplas referências culturais apropriadas e recriadas pelas populações de origem africana no Brasil. Está ali a reprodução da tela denominada *A baiana*, pertencente ao Museu Paulista da USP, que representa uma mulher negra em pose senhorial, trajando vestido negro e luvas brancas de inspiração européia. Em torno de seu colo, várias cadeias de ouro de nítida filiação africana criam uma tensão étnica com as roupas, que se expressa na convivência algo surpreendente

daqueles itens de indumentária e adorno. Não se conhece a identidade da retratada, sequer a origem do quadro, vagamente associado à Bahia⁵.

Entretanto, a imensa maioria das imagens que o livro abriga não reproduz esse tipo de retrato a óleo, encomendado por gente de posses ansiosa por perpetuar-se em pose imponente. Trata-se, no mais, de imagens desenhadas, pintadas ou gravadas que figuram tipos humanos, muito comuns na iconografia deixada por artistas e cientistas estrangeiros na primeira metade do século XIX. Além de retratos de formato *cabinet portrait* ou *carte de visite*, oferecidos como *souvenir* para visitantes de passagem pelo Brasil ou então utilizados como lembrança de caráter pessoal ou familiar.

Nota-se a quase ausência de pinturas de cavalete. Pretos e mulatos, além de quase nunca poderem encomendar retratos, não eram considerados personagens adequados à pintura histórica praticada pelos círculos acadêmicos, salvo raras exceções que figuravam campos de batalha. Ausentes nas alegorias, nas figurações mitológicas e nos retratos de cerimônia, as populações de origem africana no Brasil tiveram sua existência praticamente negada pela pintura oitocentista. O trabalho, principal atributo dessas populações marcadas pela escravidão, não foi, afinal, um tema eleito pela pintura oitocentista praticada no país.

Gavin Adams, na intervenção que propôs à galeria virtual da revista *Proa*, voltou-se, não para os retratos fotográficos de cunho pessoal, mas para a igualmente instigante iconografia chamada, sem precisão, "dos viajantes", e também para uma fotografia do tipo *souvenir*. Aquarelas, desenhos e gravuras foram objeto da releitura do artista, que retirou negros e negras das imagens, mantendo as cenas de ação em dimensão quase suspensiva. Eclipsados o corpo e a cor, o que resta é o então onipresente trabalho escravo, o mesmo que a pintura acadêmica se esquivara de retratar.

A galeria de tipos humanos foi uma marca da cultura visual que se organizou ao longo do século XIX, em sintonia com o esforço de documentar plantas, animais, ocorrências minerais e geomorfológicas. As imagens selecionadas por Gavin Adams equilibravam-se, em seu contexto original, naquele esforço enciclopédico e eurocêntrico e respondiam a um olhar exotizante lançado às populações de regiões como o Levante, a África, a América Latina, o Índico ou o Extremo Oriente. No Brasil, a condição escrava era o elemento que oferecia interesse suplementar, que seduzia, constituindo quase um caráter específico atribuído ao país.

Duas imagens dentre as trabalhadas por Gavin Adams retratam o transporte de tração humana e escrava. Uma cadeirinha de arruar, neste caso no Recife, e uma rede, tão comum em qualquer paragem do Brasil do século XIX, insinuam, pela ausência dos cativos, o imenso esforço viabilizado e garantido pela hierarquia da escravidão. Apanágio dos senhores, ser carregado era simultaneamente forma de humilhação e possibilidade de fortalecimento do oprimido. Os célebres negros haussás, vindos da costa setentrional da África, eram os mais desejados para o transporte em cadeirinhas na Salvador das ladeiras íngrimes, por serem altos e fortes. E também eles estiveram entre os que mais tramaram e se insurgiram nas revoltas que aterrorizaram as elites brancas da capital baiana⁶.

Folhas de bananeira pairam no ar, nessa releitura de uma das mais belas aquarelas realizadas por Jean-Baptiste Debret durante sua permanência no Brasil. Galinhas suspensas numa vara e um piano de cauda flutuam a caminho de seus consumidores e usuários. O trabalho de calceteiros e marceneiros é realizado, sem a presença de seus agentes. O artista contemporâneo explicita novamente a vastidão do que cabia ao escravo, ao forro, ou ao pobre (sempre ameaçado pela intolerável associação ao trabalho manual relegado ao escravo) no Império do Brasil. Quase tudo dependia do escravo, ou daqueles que não podiam possuir ao menos um cativo para viver de sua fêria. Barbeiros, ferreiros, aguadeiros, verdureiros e sapateiros, eram algumas das profissões exercidas pelos cativos. Delas retiravam o sustento dos senhores de escravos urbanos "de ganho", e também as economias para adquirir sua alforria. Esses são justamente alguns dos tipos abordados massivamente na produção científica da década de 1980, em seu intuito de documentar os arranjos da vida escrava para além dos espaços dos engenhos, canaviais e fazendas de café.

Outras duas imagens alteradas por Gavin Adams, uma delas fotográfica, são consagradas ao trabalho dos tabuleiros. Numa equilibra-se um serviço completo de mesa; noutra as quitandas que ainda povoam o imaginário nacional, ali fotografadas como típico *souvenir* para o estrangeiro que partia. É a matriz escrava do ambulante hodierno, aquela que alimentava, que vendia, que transportava. A herança das mulheres comerciantes da África Ocidental, tão presentes nos mercados e no negócio dos alimentos, foi metamorfoseada na América portuguesa e no Brasil imperial. A escravidão soube aproveitar seus talentos de negociante, os mesmos que propiciavam as economias voltadas à compra da liberdade.

Luís dos Santos Vilhena, célebre cronista de Salvador na aurora do século XIX, relata que negras ambulantes saíam das melhores residências da cidade, para vender miudezas e alimentos, não raro contrabandeados para dentro da cidade. Eram poderosas por possuírem mercadorias mais acessíveis e também pela sombra protetora de seus senhores: "e ninguém, pois, se embaraça com elas, nem lhes pede contas, pelo respeito às casas poderosas a que pertencem, salvo-conduto este que as livra de todo perigo; e triste será a sorte de quem bulir com elas" (VILHENA, 1969, p. 129).

A figura da ambulante baiana, e também brasílica, atravessou os séculos, sujeita a metamorfoses. Foi celebrada nas escolas de samba cariocas, que homenageiam as fundadoras das rodas e dos cultos em torno das quais as agremiações surgiram; foi transformada em ícone do Brasil nos filmes de Hollywood, que eclipsaram sua cor e sua origem na tez branca e estrangeira de Carmen Miranda, a camelô-símbolo do país.

Há alguns anos, Marcelo Coelho, colunista da *Folha de São Paulo*, alertava para a recorrente presença de estampas que reproduzem os tipos escravos aquarelados e gravados por Jean-Baptiste Debret e Johann Moritz Rugendas nas portarias de edifícios paulistanos. Mais do que simples decoração, talvez sejam elas simultaneamente uma manifestação de nostalgia insidiosa, que se insinua e se cristaliza aos poucos, saudosa dos tempos de supremacia senhorial, quase sempre branca; pode ser também um marcador territorial, que evoca a vida escrava apenas para, nas áreas "sociais", lembrar o cidadão republicano de seu privilégio transmutado. A ênfase na importância e complexidade do trabalho, escopo decisivo dos artistas que produziram tais imagens no século XIX, certamente não têm evocação, hoje, nos saguões dos edifícios.

Uma última imagem projeta-nos para um outro desafio. Não é mais o trabalho e seu caráter indispensável que se ressaltam, mas a origem dos negros que aportaram ao Brasil como escravos. Os tipos já não são os do trabalho, mas os étnicos. Não há mais cor, sexo, idade, rosto, apenas palavras. *Benguela, Angola, Congo, Monjolo* designam, com imensa imprecisão, as diferenças que eram atribuídas pelo tráfico e pela sociedade escravista aos negros africanos. Escondem outras tantas diversidades que acabavam simplificadas em virtude da nomenclatura baseada nos portos de embarque. Lembram, não obstante, que foram várias as Áfricas que aqui aportaram, fato que tem se mostrado, cada vez mais, como uma seara fértil para estudos acadêmicos acerca das relações entre os continentes africano e americano.

Se a africanidade atualmente celebrada opera uma generalização unificadora, mais compromissada com as lutas afirmativas do presente do que com as clivagens que marcaram o passado escravista, as imagens-tipo de Rugendas – relidas agora por Gavin Adams – sinalizam a necessidade de documentar o multifacetado passado afrobrasileiro. Passado em que os senhores se nutriam da diferença para submeter; passado em que os africanos e afrobrasileiros ressaltavam suas diferenças, como forma de se manterem ligados às origens transatlânticas. Se a América e a escravidão os uniam, a memória da África ainda os separava.

Notas

¹ Entre as edições de história viabilizadas pelo CNPq, ver: REIS, J. J. (Org.). *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense/ CNPq, 1988. SCHWARTZ, S. B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras/ CNPq, 1988. LIBBY, D. C.. *Transformação e trabalho em uma economia escravista, Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense/ CNPq, 1998. FERLINI, V. L. A. *Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial*. São Paulo: Brasiliense/ CNPq, 1988. TAVARES, L. H. D.. *Comércio proibido de escravos*. São Paulo: Ática/ CNPq, 1988. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n.8, v.16 (Escravidão), 1988. No âmbito da antropologia, ver: BANDEIRA, M. de L.. *Território negro em espaço branco: estudo antropológico de Vila Bela*. São Paulo: Brasiliense/ CNPq, 1988.

² Entre os títulos mais relevantes publicados na década, além daquelas co-editadas pelo CNPq em 1988, podem ser apontados: MATTOSO, K. M. de Q. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982. DIAS, M. O. L. da S.. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984. MACHADO, M. H. P. T. *Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas, 1830-1888*. São Paulo: Brasiliense, 1987. CASTRO, H. M. M. de. *Ao sul da História: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo: Brasiliense, 1987. AZEVEDO, C. M. M. de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. LARA, S. H.. *Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. REIS, J. J. & SILVA, E. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

³ AZEVEDO, P. C. & LISSOVSKY, M.. *Escravos brasileiros do século XIX na fotografia de Christiano Junior*. São Paulo: Ex-Libris, 1988.

⁴ MOURA, C. E. M. de M. *A travessia da Calunga Grande: três séculos de imagens sobre o negro no Brasil (1637-1899)*. São Paulo: Edusp; Imesp, 2000.

⁵ Sobre esta tela, ver também: GODOY, S.. *Círculo das contas: jóias de crioulas baianas*. Salvador: Museu Carlos Costa Pinto, 2006. BIITENCOURT, R.. *Modos de negra modos de branca - a imagem da mulher negra na pintura do século XIX*. Dissertação (mestrado), IFCH/UNICAMP, Campinas, 2005.

⁶ Ver sobre os haussás: REIS, J. J. La revolte Haoussá de Bahia em 1807: resistance et controle des esclaves au Brésil. IN: *Annales*, Paris, v. 61, n. 2, p.383-418, 2006.

Referências Bibliográficas:

AZEVEDO, C. M. M. de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

AZEVEDO, P. C. & LISSOVSKY, M.. *Escravos brasileiros do século XIX na fotografia de Christiano Junior*. São Paulo: Ex-Libris, 1988.

BANDEIRA, M. de L.. *Território negro em espaço branco: estudo antropológico de Vila Bela*. São Paulo: Brasiliense/ CNPq, 1988.

BIITENCOURT, R.. *Modos de negra modos de branca - a imagem da mulher negra na pintura do século XIX*. Dissertação (mestrado), IFCH/UNICAMP, Campinas, 2005.

CASTRO, H. M. M. de. *Ao sul da História: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

DIAS, M. O. L. da S.. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FERLINI, V. L. A. *Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial*. São Paulo: Brasiliense/ CNPq, 1988.

GODOY, S.. *Círculo das contas: jóias de crioulas baianas*. Salvador: Museu Carlos Costa Pinto, 2006.

ARQUIVO Nacional. *Guia de fontes para a história da África, da escravidão negra e do negro na sociedade atual*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1988.

LARA, S. H.. *Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LIBBY, D. C.. *Transformação e trabalho em uma economia escravista, Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense/ CNPq, 1998.

MACHADO, M. H. P. T. *Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas, 1830-1888*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MATTOSO, K. M. de Q. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MOURA, C. E. M. de M. *A travessia da Calunga Grande: três séculos de imagens sobre o negro no Brasil (1637-1899)*. São Paulo: Edusp; Imesp, 2000.

REIS, J. J. (Org.). *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense/ CNPq, 1988.

_____. La revolte Haoussá de Bahia em 1807: resistance et controle des esclaves au Brésil. IN: *Annales*, Paris, v. 61, n. 2, p.383-418, 2006.

REIS, J. J. & SILVA, E. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SCHWARTZ, S. B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras/ CNPq, 1988.

TAVARES, L. H. D.. *Comércio proibido de escravos*. São Paulo: Ática/ CNPq, 1988. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n.8, v.16 (Escravidão), 1988.

VILHENA, L. dos S.. *A Bahia no século XVIII*. Salvador: Itapuã, 1969, p. 129

